

ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO E A UNIVERSIDAD NACIONAL DE MISIONES

Por um lado, a MSc. Alicia Violeta Bohren (D.N.I. Nº 14.168.387), na qualidade de Reitora da **UNIVERSIDAD NACIONAL DE MISIONES**, com endereço na Ruta Nacional nº 12, Km 7 ½, Campus Universitário, Miguel Lanús, Cidade de Posadas, Província de Misiones, devidamente habilitada por meio da Resolução JE011/22, a qual se encontra em vigor, doravante denominada “UNaM”; e, por outro lado, o Prof. Dr. Jadir José Pela, na qualidade de Reitor do **INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público, nos termos da LEI Nº 11.892/08, com sede na Avenida Rio Branco, Nº 50, bairro Santa Lúcia, CEP 29.056-264, Vitória, ES, Brasil, nomeado por Decreto do Ministério da Educação em 19/10/2021, publicado no Diário Oficial da União em 20/10/2021, Seção 2, página 1, doravante denominado “IFES”, resolvem, de comum acordo, firmar o presente Acordo de Cooperação em conformidade com as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente Acordo é estabelecer uma cooperação mútua ampla entre o IFES e UNaM. As Instituições signatárias manifestam a intenção de promover intercâmbios que trarão benefícios mútuos para as suas instituições, tais quais:

Visitas e intercâmbio de professores e estudantes, objetivando a realização da pesquisa, ensino e extensão nas mais diversas áreas acadêmicas bem como programas de gestão;

Coordenação e participação em atividades tais como projetos de pesquisa, seminários, conferências, em programas comuns de curto e longo prazos;

Cursos de diferentes níveis e espécies para o corpo docente e discente;

Intercâmbio mútuo de informações decorrentes de resultados de pesquisa, material acadêmico e publicações.

CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO

Com o objetivo de cumprir o disposto na Cláusula Primeira, as partes cooperantes acordam que a execução das ações será formalizada por meio de Termos de Acordo ou Termos Aditivos ao presente Convênio, definidos em Planos de Trabalho específicos, devidamente aprovados e vinculados a este Acordo de Cooperação.

Os detalhes e responsabilidades atribuídos a cada instituição serão definidos nesses

instrumentos, os quais serão coordenados pela Diretora da Escola Agrotécnica de Eldorado e pelo Diretor do Campus correspondente do IFES. No caso da UNaM, e conforme a normativa vigente, tais acordos poderão ser assinados pela Sra. Reitora.

Parágrafo Único: Os Termos de Acordo deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Identificação do objeto a ser executado;
- b) Metas a serem alcançadas;
- c) Etapas ou fases de execução;
- d) Plano de aplicação de recursos financeiros, quando couber;
- e) Cronograma de desembolso, quando couber;
- f) Previsão de início e término da execução do objeto, bem como das etapas ou fases previstas.

CLÁUSULA TERCEIRA – FINANCIAMENTO

O financiamento das atividades desenvolvidas no âmbito do presente Convênio estará sujeito à disponibilidade de crédito existente, para esse fim, nos orçamentos de cada uma das Instituições.

CLÁUSULA QUARTA - INTERCÂMBIO ESTUDANTIL

As partes que assinam o acordo se comprometem a organizar o intercâmbio de estudantes conforme especificado na Cláusula Primeira, por períodos curtos ou longos (semanal, mensal, semestral) conforme acordado entre as instituições. Períodos superiores podem ser admitidos desde que especificados em Termos Aditivos a este Acordo de Cooperação.

As partes devem se esforçar para equilibrar o número de alunos de intercâmbio em cada ano do programa. As partes irão envidar seus melhores esforços para resolver os desequilíbrios até o final do período de contrato.

A instituição parceira que envia os estudantes deve apresentar os nomes dos candidatos aprovados para o intercâmbio. Os candidatos deverão preencher os requisitos de matrícula da instituição de acolhimento.

Os intercambistas estão inscritos como estudantes com todos os respectivos direitos e obrigações aplicáveis a alunos visitantes. O domínio da língua do país de acolhimento deve ser suficiente para que sejam cumpridos os objetivos do intercâmbio obtidos os benefícios esperados.

Não serão cobradas taxas de matrícula ou mensalidades. Encargos adicionais, incluindo quaisquer dos serviços sociais, dependem dos regulamentos da instituição receptora e serão suportados pelo intercambista.

A instituição anfitriã assumirá os custos relativos à hospedagem, à alimentação e aos deslocamentos vinculados às atividades previstas no plano de trabalho específico.

Por sua vez, o estudante de intercâmbio será responsável pelas despesas de transporte entre a instituição de origem e a instituição de destino.

O estudante de intercâmbio deve contratar seu próprio seguro saúde e de acidentes pessoais. O comprovante de contratação do seguro deve ser entregue à unidade de relações internacionais da instituição de acolhimento.

As instituições emitirão um certificado de comprovação de horas de intercambio de alunos participantes do programa.

CLÁUSULA QUINTA - INTERCÂMBIO DE PROFESSORES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Os parceiros regulamentar o intercâmbio de professores e técnico- administrativos, concordando em selecionar candidatos adequados para tal.

Professores e técnico-administrativos não se tornam funcionários da instituição de acolhimento.

Os parceiros se comprometem a proporcionar condições de trabalho adequadas. Não serão cobradas taxas de matrícula ou mensalidades. Encargos adicionais incluindo quaisquer dos serviços sociais, dependem dos regulamentos da instituição receptora .Professores e técnico-administrativos em mobilidade são responsáveis por todas as despesas de subsistência incorridas no período de intercâmbio.

O pessoal acadêmico e administrativo em mobilidade deve contratar seu próprio seguro saúde e de acidentes pessoais.

As instituições emitirão um certificado de comprovação de horas de intercambio de docentes e tecnicos-Administrativo participantes do programa

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da sua assinatura. Após este período, o Acordo será considerado nulo e sem efeito.

CLÁUSULA SÉTIMA – DENÚNCIA

Este Acordo de Cooperação poderá ser denunciado e/ou rescindido por quaisquer dos partícipes, desde que aquele que assim o desejar comunique ao outro, por escrito, com antecedência mínima de trinta dias. As atividades em andamento por força de Termo Aditivo e Termo de Convênio previamente firmados não serão prejudicadas devendo, conseqüentemente, ser concluídas ainda que ocorra denúncia por um dos partícipes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Os partícipes de comum acordo irão procurar dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente acordo através de negociação consensual. Na impossibilidade desta, buscar-se-á a negociação através da via arbitral. O IFES escolherá um árbitro, O UNaM escolherá um segundo e o terceiro será ser escolhido de comum acordo.

As partes se declaram cientes do conteúdo e alcance de cada uma de suas cláusulas, declaram que não há dolo, má fé, ou qualquer outro motivo que vicie sua celebração, e assinam o presente acordo em duas vias, com mesmo conteúdo e validade.

Vitória, _____, _____, _____

Posadas, _____, _____, _____



BOHREN Alicia
Violeta
2025.07.03
15:13:38 -03'00'

JADIR JOSE PELA

Reitor do IFES

Alicia Violeta Bohren

Rectora UNaM

ACUERDO DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL CELEBRADO ENTRE EL INSTITUTO FEDERAL DE ESPÍRITO SANTO Y LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE MISIONES

Por una parte, la Mgter. Alicia Violeta Bohren (D.N.I.Nº14.168.387), en su carácter de Rectora de la **UNIVERSIDAD NACIONAL DE MISIONES**, con domicilio en Ruta Nacional Nº 12 Km, 7 ½ km, Campus Universitario, Miguel Lanús de la Ciudad de Posadas, Provincia de Misiones (Argentina), acreditando personería mediante Resolución JE011/22, la cual se encuentra vigente, en adelante la “UNaM” y por la otra parte, el Prof. Dr. Jadir José Pela, en su carácter de Rector, del **INSTITUTO FEDERAL DE ESPIRITU SANTO**, persona jurídica de derecho público, en los términos de la Ley 11.892/08, con sede en la Avenida Rio Branco, número 50, barrio Santa Lúcia, Código Postal 29.056-264, Vitória, ES, (Brasil), designado por el Decreto del Ministerio de Educación de fecha 19/10/2021, publicado en el Diario Oficial de la Unión el 20/10/2021, sección 2, página 1, en adelante denominado “**IFES**”, acuerdan conjuntamente suscribir el presente Acuerdo de Cooperación de conformidad con las siguientes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMERA - OBJETO

El propósito de este Acuerdo es establecer una amplia cooperación mutua entre la IFES y UNaM. Las instituciones firmantes expresan su intención de promover intercambios que traerán beneficios mutuos a sus instituciones, tales como:

- a) Visitas e intercambios de profesores y estudiantes, con el objetivo de realizar investigación, docencia y extensión en las más diversas áreas académicas, así como programas de gestión;
- b) Coordinación y participación en actividades tales como proyectos de investigación, seminarios, conferencias, en programas comunes de corto y largo plazo;
- c) Cursos de distintos niveles y tipos para docentes y estudiantes;
- d) Intercambio mutuo de información derivada de resultados de investigaciones, material académico y publicaciones.

CLÁUSULA SEGUNDA - EJECUCIÓN

A los fines de dar cumplimiento al objeto establecido en la Cláusula Primera, las partes cooperantes acuerdan que la ejecución de las acciones será formalizada mediante

Términos de Acuerdo o Términos de Adenda al presente Convenio, definidos en Planes de Trabajo específicos, debidamente aprobados y vinculados a este Acuerdo de Cooperación.

Los detalles y responsabilidades correspondientes a cada institución serán definidos en estos instrumentos, los cuales serán coordinados por la Directora de la Escuela Agrotécnica Eldorado y el Director del Campus correspondiente del IFES. En el caso de la UNaM, y conforme a la normativa vigente, dichos acuerdos podrán ser firmados por la Sra. Rectora.

Parágrafo Único: Los Términos de Acuerdo deberán contener, como mínimo, la siguiente información:

- a) Identificación del objeto a ejecutar;
- b) Metas a alcanzar;
- c) Etapas o fases de ejecución;
- d) Plan de aplicación de recursos financieros, cuando corresponda;
- e) Calendario de desembolsos, cuando corresponda;
- f) Plazo previsto para el inicio y finalización del objeto, así como de cada una de sus etapas o fases.

CLÁUSULA TERCERA-FINANCIAMIENTO

La financiación de las actividades desarrolladas en el marco del presente Convenio estará supeditada a la disponibilidad de crédito que al efecto exista en los presupuestos de cada una de las Instituciones.

CLÁUSULA CUARTA - INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES

Las partes firmantes del convenio se comprometen a organizar intercambios de estudiantes según lo especificado en la Cláusula Primera, por períodos cortos o largos (semanal, mensual, semestral) según lo acordado entre las instituciones. Se podrán permitir períodos más largos siempre que se especifiquen en los Términos Adicionales de este Acuerdo de Cooperación.

Las partes deben esforzarse por equilibrar el número de estudiantes de intercambio en cada año del programa.

La institución asociada que envía a los estudiantes debe presentar los nombres de los candidatos aprobados para el intercambio. Los candidatos deben cumplir con los requisitos de inscripción de la institución anfitriona.

Los estudiantes de intercambio quedan registrados como estudiantes con todos los respectivos derechos y obligaciones aplicables a los estudiantes visitantes. Dominio del idioma del país de la recepción debe ser suficiente para alcanzar los objetivos del intercambio y obtener los beneficios esperados.

No se cobrarán tasas de inscripción ni cuotas mensuales. Los cargos adicionales, incluidos los servicios sociales, dependen de las regulaciones de la institución receptora y correrán a cargo del estudiante de intercambio.

La institución anfitriona asumirá los costos correspondientes al alojamiento, la alimentación y los traslados vinculados a las actividades previstas en el plan de trabajo específico. Por su parte, el estudiante de intercambio será responsable de los gastos de traslado entre la institución de origen y la institución de destino.

Los estudiantes de intercambio deberán contratar su propio seguro de salud y accidentes personales. El comprobante del seguro deberá entregarse en la unidad de relaciones internacionales de la institución anfitriona.

Las instituciones emitirán un documento de acreditación de horas de intercambio alumnos afectados por el programa.

CLÁUSULA QUINTA - INTERCAMBIO DE DOCENTES Y TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Los socios regulan el intercambio de docentes y personal técnico-administrativo, acordando seleccionar candidatos idóneos para tal fin. Los docentes y técnicos administrativos no se

convierten en empleados de la institución de acogida. Los socios se comprometen a proporcionar condiciones de trabajo adecuadas. No se cobrarán tasas de inscripción ni cuotas mensuales. Cargos adicionales, incluidos los servicios sociales, dependen de la normativa de la institución receptora. Los docentes y técnicos administrativos en movilidad son responsables de todos los gastos de subsistencia incurridos durante el período de intercambio. El personal académico y administrativo en movilidad deberá contratar su

propio seguro de salud y accidentes personales.

Las instituciones emitirán un documento de acreditación de horas de intercambio de docentes y técnicos-Administrativos afectados por el programa.

CLÁUSULA SEXTA - PLAZO

El presente Acuerdo de Cooperación tendrá una vigencia de 5 (cinco) años, contados a partir de la fecha de su firma. Transcurrido este plazo, el Acuerdo se considerará nulo y sin efecto.

CLÁUSULA SÉPTIMA - QUEJA

El presente Acuerdo de Cooperación podrá ser rescindido y/o rescindido por cualquiera de las partes, siempre que quien así lo desee lo comunique a la otra, por escrito, con al menos treinta días de anticipación. Las actividades en curso de conformidad con el Anexo y Acuerdo previamente firmados no se verán perjudicadas y, en consecuencia, deberán concluir incluso si existe una queja por parte de uno de los participantes.

CLÁUSULA OCTAVA - JURISDICCIÓN

Las partes de mutuo acuerdo buscarán resolver cualquier duda o controversia que surja del presente acuerdo mediante negociación consensuada. Si esto no fuera posible, se buscará la negociación mediante arbitraje. La IFES elegirá un árbitro, la UNaM elegirá un segundo y el tercero será elegido de mutuo acuerdo.

Las partes declaran conocer el contenido y alcance de cada una de sus cláusulas, declaran que no existe fraude, mala fe o cualquier otra causa que vicie su ejecución, y firman el presente acuerdo en dos ejemplares, con el mismo contenido y validez.

Vitória, _____, _____, _____

Posadas, _____, _____, _____



BOHREN Alicia
Violeta
2025.06.23
14:49:46 -03'00'

JADIR JOSE PELA

Alicia Violeta Bohren

Reitor do IFES

Rectora UNaM



ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 19/2025 - REI-ARI (11.13)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 28/07/2025 16:12)

JADIR JOSE PELA

REITOR

Visualize o documento original em <https://sipac.ifes.edu.br/documentos/> informando seu número: **19**, ano: **2025**,
tipo: **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, data de emissão: **28/07/2025** e o código de verificação: **7403b37d19**